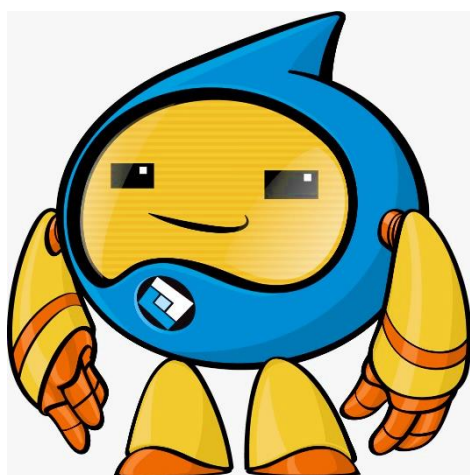




PAI

PROGRAMA DE
AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL



A stylized graphic element consisting of a thick, rounded line that starts as a vertical yellow bar, curves 90 degrees to the right as a blue bar, and then continues as a horizontal orange bar.

PAI PROGRAMA DE
AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL

A stylized graphic element consisting of a thick, rounded line that starts as a horizontal orange bar, curves 90 degrees down as a blue bar, then continues as a diagonal yellow bar, and finally curves 90 degrees up as a blue bar.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. CARACTERIZANDO A INSTITUIÇÃO	7
3. MARCOS DE REFERÊNCIA.....	9
3.1. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES	11
i. AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	12
ii. A AVALIAÇÃO INTERNA: AUTOAVALIAÇÃO	12
4. OBJETIVOS.....	13
5. COORDENAÇÃO DO PROCESSO	14
5.1 ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA CPA.....	15
5.2 ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DA CPA	15
6. ETAPAS DA AUTOAVALIAÇÃO	17
7. EIXOS E DIMENSÕES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	21
7.1. EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	21
7.1.1. DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.....	21
7.2. EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	22
7.2.1. DIMENSÃO 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional.....	22
7.2.2. DIMENSÃO 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.....	22
7.3. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS	23
7.3.1. DIMENSÃO 2: A política para o ensino de graduação e de a pós-graduação, a pesquisa, a extensão, a prestação de serviços e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas acadêmicas. .	23

7.3.2. DIMENSÃO 4: A comunicação com a sociedade.....	26
7.3.3. DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes.....	27
7.4. EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO	27
7.4.1. DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.....	27
7.4.2. DIMENSÃO 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com o MEC, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.....	28
7.4.3. DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.....	29
7.5. EIXO 5: INFRAESTRUTURA	29
7.5.1. DIMENSÃO 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino, de pesquisa, de extensão, das bibliotecas, dos recursos de informação e comunicação.....	29
8. METODOLOGIA ADOTADA	33
9. RECURSOS.....	36
10. ORÇAMENTO	37
11. BIBLIOGRAFIA.....	38
12. ANEXOS.....	40
ANEXO 1 – CICLO AVALIATIVO INSTITUCIONAL	40
ANEXO 2 –AVALIATIVO INSTITUCIONAL DOS CURSOS	47

1. APRESENTAÇÃO

Este PROGRAMA DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL foi elaborado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA da FAESA e reflete a competência institucional para o desenvolvimento desta tarefa. Sua versão inicial ocorreu em 2004, sendo que o documento foi reelaborado em 2014, com objetivo de privilegiar e atualizar o conhecimento sistematizado sobre a questão da avaliação, as novas abordagens metodológicas desenvolvidas no processo de avaliação e a experiência historicamente acumulada pelo sistema FAESA de educação.

Acreditando que a avaliação se dá na forma de uma prática social construída, este PROGRAMA representa uma proposta de empreendimento coletivo que busca ampliar a compreensão sobre si mesmo, objetivando o constante processo de melhoria da Qualidade Institucional. Em uma instituição de educação superior, voltada para o compromisso social e para a produção do conhecimento, a Avaliação Institucional é considerada um dos relevantes processos para o desenvolvimento da instituição, no que se refere à continuidade do aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, aprimoramento da gestão administrativo-acadêmica, bem como de prestação de contas à sociedade civil, e, conseqüentemente ao Estado.

Entre os diversos objetivos da Autoavaliação Institucional da FAESA, destaca-se o de dinamizar a avaliação, por meio de ações contínuas e consistentes que contribuam para o autoconhecimento, identificando as fragilidades e potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas no artigo 3º da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e seus respectivos incisos, tendo como eixo estruturador a Missão Institucional, Visão e Posicionamento Estratégico.

Por acreditar na força do trabalho participativo como condição para fazer avaliação com consciência das realidades socioculturais e institucionais e no comprometimento com propostas de mudança, a FAESA busca intensificar o envolvimento dos diversos setores, considerando o caráter técnico, político, cultural, social e ético das ações dos diversos protagonistas. Tal concepção, além de ampliar a atuação da comunidade acadêmica interna (docentes, discentes e técnico-administrativos), se abre às contribuições de apoiadores externos do entorno institucional, tendo-os como parceiros nas ações implementadas, aprimorando a sensibilidade pessoal e profissional de cada um no exercício da avaliação.

Esse trabalho participativo assume como fundamento básico o respeito aos sujeitos inseridos no contexto da Avaliação Institucional, se manifestando sob diferentes formas e conteúdos. Um exemplo concreto é a construção coletiva do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, cuja missão, objetivos e ações se articulam ao Programa de Avaliação Institucional.

A Autoavaliação Institucional da FAESA é implementada a partir de metodologias quantitativa e qualitativa, implicando num trabalho que envolve as seguintes etapas: (i) sensibilização e conscientização sobre a importância da Autoavaliação Institucional; (ii) planejamento e construção de instrumentos e procedimentos para coleta, análise e interpretação de dados para efeitos de diagnóstico, controle e autoconhecimento da instituição; (iii) elaboração de relatório como um dos subsídios para realização de *feedback* junto aos sujeitos participantes; (iv) divulgação dos resultados e incorporação destes ao planejamento institucional.

Esse projeto contempla um conjunto de objetivos e metas que tem como propósito contribuir para o aperfeiçoamento do projeto acadêmico e sociopolítico da instituição, de maneira que proporcione permanente melhoria da qualidade da educação superior, nas suas dimensões do ensino (graduação e a pós-graduação), da pesquisa, da extensão e da gestão. Para tanto, ressalta-se os princípios e critérios explicitados no Roteiro de Autoavaliação Institucional do SINAES (2004), quais sejam:

- responsabilidade social com a qualidade da educação superior;
- reconhecimento da diversidade do sistema;
- respeito à identidade, à missão e à história das instituições;
- globalidade, isto é, compreensão de que a instituição deve ser avaliada a partir de um conjunto significativo de indicadores de qualidade, vistos em sua relação orgânica e não de forma isolada;
- continuidade do processo avaliativo.

Diante do exposto, espera-se que as informações disponibilizadas e as metas da Autoavaliação possam contribuir para o aprimoramento da cultura da avaliação implementada no âmbito institucional e responder às exigências de melhoria e ampliação da qualidade dos serviços educacionais, com o objetivo de promover a eficácia institucional, elevando a efetividade acadêmica e social.

Vale ressaltar que a forma participativa e democrática de implantação e implementação da cultura de avaliação na FAESA revela a conduta ética assumida pela instituição, como uma exigência que consolida a confiança nos sujeitos avaliadores e avaliados, desenvolvendo ações de corresponsabilidade e respeito.

Este documento foi organizado com as seguintes partes:

- Caracterizando a instituição
- Marcos de referência
- Breve histórico do processo de avaliação institucional na FAESA
- Objetivos
- Coordenação do processo
- Etapas da autoavaliação
- Eixos e dimensões da autoavaliação institucional
- Metodologia adotada
- Recursos
- Orçamento

2. CARACTERIZANDO A INSTITUIÇÃO

O Centro Universitário FAESA, juntamente com outras duas instituições, compõe o Sistema FAESA de Educação Superior, que iniciou suas atividades em 1995, tendo como mantenedora a Associação Educacional de Vitória - AEV. Um extrato do Manual do Aluno, descreve muito bem o nascimento da FAESA:

“No princípio era apenas um sonho, que apoderou-se do tempo, da persistência, da incerteza, da coragem, da fé e da vontade de seguir em frente para transformá-lo. Dr. Antário Theodoro (fundador) fez do sonho a sua própria história. Hoje, a sociedade capixaba usufrui da marca FAESA que possibilita ampliar horizontes para novas realizações”.

A FAESA iniciou suas atividades após a autorização dos cursos de Pedagogia e Comunicação Social. A esses juntaram-se outros cursos da área de Saúde e Meio Ambiente, configurando assim o campus com duas faculdades integradas: as Faculdade de Educação e Comunicação Social e a Faculdade de Saúde e Meio Ambiente.

O crescimento vivenciado por todos os atores que desde o início têm construído a comunidade interna da FAESA, juntamente com outros que a ela se foram agregando ao longo dos últimos anos, proveu a experiência necessária para que se conhecesse e se optasse pela integração de todos os campi a medida que os novos serviços e cursos foram sendo incorporados ao grupo já existente. As primeiras ações nesse sentido foram as definições de padronização dos procedimentos indicados como de excelência nas áreas de gestão das bibliotecas, laboratórios, manutenção de prédios, comunicação e marketing. A experiência adquirida com os gestores desses segmentos no campus já existente era aproveitada na íntegra como caminho mais curto para a qualidade nos novos campi que iam nascendo.

Essa prática hoje é perfeitamente disseminada e compreendida pela comunidade interna. Os gestores e funcionários que atuam em mais de um campus conseguem fazer o elo necessário entre os diretores, coordenadores, colegas, funcionários e elementos da comunidade externa de cada unidade; promovendo, assim, o crescimento da qualidade de forma global para todos igualmente. Vale ressaltar que apesar de alguns desses atores serem fixados funcionalmente em seus próprios campi (diretores, coordenadores, etc.), a mobilidade e inter-relacionamento entre todos eles tem a suficiente extensão para que os quatro campi de fato espelhem o sentido de sistema integrado, porém com suas peculiaridades e características preservadas.

Geograficamente, a FAESA localiza-se no estado do Espírito Santo, no município de Vitória, que integra a Região Metropolitana da Grande Vitória juntamente com os municípios de Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana.

Em 20/07/1981, foi criado o Centro de Pós-Graduação FAESA, desde então, passou a ofertar cursos na modalidade *lato sensu*, sendo que, no período de 2002 a 2006, ofertou programa *stricto sensu*, em nível de Mestrado Interinstitucional – MINTER.

A forte diversificação da oferta de cursos da FAESA demandou um grande esforço institucional no sentido de ampliar sua infraestrutura física, acadêmica e tecnológica, de repensar sua prática educativa, reorganizar seu processo de gestão com vistas à qualidade e sustentabilidade.

Para responder a essas demandas, o período compreendido entre 1998-2006 foi caracterizado pela expansão e modernização da infraestrutura física, ampliação da Biblioteca, implantação de laboratórios, reconstrução do Projeto Pedagógico Institucional, seleção de novos docentes e colaboradores administrativos, e pela necessidade de formação continuada para todos os profissionais.

Após esses ciclos de desenvolvimento, o aprendizado organizacional conduziu a IES à maturidade e estabilidade, em todas as suas áreas de atuação, firmando-a como uma referência no cenário educacional e cultural do Estado do Espírito Santo.

Hoje, a Instituição é reconhecida como idônea e de comprovada competência, considerando os resultados obtidos na formação dos seus discentes, aferidos pelo SINAES e pela empregabilidade dos mesmos, pelas ações de extensão, pela iniciação científica e pesquisa.

Considerando as demandas sociais, as ações extensionistas da FAESA privilegiam então a INCLUSÃO SOCIAL das pessoas pela via da saúde, da educação, do direito e da comunicação social, meio ambiente, visto que a Instituição concebe a educação como um fator de transformação social. A crescente melhoria da qualidade de vida dos seres humanos figura como valor que norteia as atividades desenvolvidas em seu âmbito.

3. MARCOS DE REFERÊNCIA

A avaliação constitui um importante instrumento de conhecimento da realidade institucional e de organização das potencialidades e das ações pertinentes a levar a instituição educativa a exercer, com mais qualidade e eficácia as suas funções científicas e sociais. Para isso, é muito importante que haja uma ampla e democrática participação da comunidade universitária e que os processos avaliativos tenham um forte sentido de integração (SOBRINHO, 2003).

O Programa de Autoavaliação da FAESA pretende promover a melhoria das condições educacionais por meio da efetiva participação da comunidade desta Instituição, bem como atender aos dispositivos legais. A autoavaliação constitui um processo cíclico, de caráter diagnóstico e formativo e de autoconhecimento, que estabelece informações que permitem à Instituição a rever e redefinir suas prioridades, contidas em seus projetos acadêmico, sociopolítico e administrativo. Esse processo tem a finalidade de promover a melhoria contínua dos resultados aferidos pela Instituição, construindo a base da gestão acadêmica e administrativa, na perspectiva da qualidade, e um marco balizador do cumprimento dos compromissos assumidos pela missão, visão e valores institucionais.

As informações dele decorrentes têm caráter formativo por permitir planejar estrategicamente a Instituição, adequando-a ao momento histórico em que se insere e permitindo-a responder às modificações estruturais da sociedade.

Historicamente, a avaliação tem sido aliada a ideia de punição, assim, verifica-se a grande dificuldade para que a autoavaliação institucional seja entendida como um mecanismo de autocontrole da consistência educacional, pois a medida que faz um diagnóstico da situação, subsidia o planejamento e a gestão institucional como parte rotineira do processo de melhoria e deve ser vista, como uma ferramenta que auxilia no processo de uma gestão sustentável, cumprindo a missão institucional. Organizado como “Programa de Autoavaliação” o processo se propõe a coletar, organizar, sistematizar as informações e divulgar seus resultados para subsidiar o planejamento das ações institucionais, tornando-se uma atividade esclarecedora e o ponto de partida para qualquer tomada de decisão. Nessa perspectiva, caracteriza-se por ser um processo:

- sistemático e global, capaz de perpassar todas as atividades institucionais;

- contínuo e permanente por integrar o processo de gestão para a melhoria da qualidade;
- funcional, porque se realiza em função de objetivos; orientador, permitindo o conhecimento dos pontos fracos e fortes da vida da Instituição possibilitando a correção de rotas; e
- integral, porque requer o planejamento, a execução e a avaliação (meta-avaliação).

A autoavaliação é evolutiva e seus resultados refletem a identidade institucional e suas relações com o mundo e os seus princípios mais significativos são os seguintes:

- produzir conhecimentos que apresentam valor com significado político e ideológico, além do caráter prático, utilitário e imediato;
- envolver os diferentes atores que influenciam a vida institucional, tanto no âmbito interno e externo, cujos olhares constroem uma compreensão ampliada sobre a Instituição;
- conscientizar sobre as transformações que devem ocorrer no âmbito da Instituição, privilegiando as relações interpessoais e profissionais, o esforço para incluir e a atitude de acolhida e respeito para com a diversidade;
- sistematizar as informações por meio de um banco de dados com vistas à utilizações futuras;
- democratizar os resultados, permitindo aos atores o conhecimento de todas as etapas do processo e dos resultados;
- socializar as informações por meio de ampla divulgação para a comunidade acadêmica e para a sociedade; e
- transformar, por se construir uma prática social e um empreendimento permanente, capaz de situar-se como um dos principais indutores do processo de melhoria da qualidade.

A figura a seguir apresentada demonstra os princípios norteadores da autoavaliação institucional, que, articulados, são responsáveis pela construção da qualidade dos processos e resultados institucionais.



FIGURA 1 – Princípios da autoavaliação institucional

3.1. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – SINAES

O SINAES integra três modalidades de instrumentos de avaliação, aplicados a três momentos diferentes:

- 1º. Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES) que se desenvolve em duas etapas:
 - a. Autoavaliação
 - b. Avaliação externa
- 2º. Avaliação dos cursos de graduação (ACG).
- 3º. Avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE).

i. AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

A avaliação das Instituições de Educação Superior tem caráter formativo e visa o aperfeiçoamento dos agentes da comunidade acadêmica e da Instituição como um todo. A instituição constrói uma cultura de avaliação que possibilita a IES uma permanente atitude de tomada de consciência sobre sua missão e finalidades.

ii. A AVALIAÇÃO INTERNA: AUTOAVALIAÇÃO

A avaliação interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. A avaliação interna ou autoavaliação tem como principais objetivos produzir conhecimentos, por em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores Institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da IES com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas a Sociedade.

4. OBJETIVOS

A Autoavaliação Institucional visa produzir conhecimentos que possam subsidiar o processo de decisão e direcionar as intervenções no rumo das necessidades constatadas, buscando a melhoria contínua da qualidade educacional, da gestão e do atendimento aos preceitos filosóficos e políticos eleitos pela Instituição, e atender à legislação vigente.

Para consecução desse propósito, são articuladas as seguintes ações, que representam os objetivos específicos:

- colaborar para a melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão.
- construir um processo de autoconhecimento institucional, por meio da análise da efetividade educacional e social e da eficiência de seu funcionamento;
- fortalecer o compromisso social da Instituição;;
- articular a participação dos integrantes da comunidade acadêmica e dos segmentos da sociedade civil organizada;
- levantar dados para a retroalimentação do Planejamento Estratégico nos diversos segmentos, com vistas à realização do diagnóstico;
- sistematizar e organizar as informações para análise da evolução institucional;
- divulgar as informações decorrentes;
- utilizar estratégias adequadas ao processo de correção e aperfeiçoamento das ações institucionais;
- sistematizar as experiências decorrentes da autoavaliação para desenvolver a meta-avaliação;
- subsidiar a evolução do Planejamento em todas as suas amplitudes; e
- buscar a meta-avaliação.

5. COORDENAÇÃO DO PROCESSO

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação de Educação Superior -SINAES, instituído pela Lei nº 10.861 de 14/04/2004, a coordenação do processo compete à Comissão Própria de Avaliação - CPA.

No âmbito da FAESA, essa Comissão tem autonomia funcional e atribuições de conduzir os processos necessários à realização da autoavaliação institucional; analisar, sistematizar e divulgar os resultados; propor intervenções conforme as informações consignadas nos relatórios; definir a estrutura e o conteúdo pertinente ao Relato Institucional.

A CPA é constituída por dois representantes de cada segmento da comunidade acadêmica (corpo docente, corpo discente, corpo técnico–administrativo) e da sociedade civil organizada. Dentre os membros da CPA são instituídos o Coordenador e o Secretário.

Especificamente, na forma estatutária, compete à CPA:

- sensibilizar a comunidade envolvida sobre a importância do processo de autoavaliação para o desenvolvimento institucional;
- envolver a comunidade acadêmica no processo de avaliação, estimulando a participação coletiva;
- organizar o sistema de coleta e análise de dados;
- contribuir para construção e aplicação de instrumentos de coleta de dados;
- agrupar e proceder à análise dos dados colhidos no âmbito do(s) curso(s), e da área administrativa;
- divulgar e promover discussões em torno da análise dos resultados da autoavaliação institucional e da avaliação externa;
- subsidiar o processo de planejamento institucional, orientando ações futuras, com base na comparação dos dados coletados nas avaliações internas e externas;
- avaliar continuamente os objetivos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, a fim de detectar aspectos que precisam ser melhorados e aspectos preservados, de modo a desenvolver uma cultura de constante aprimoramento;
- promover a continuidade do processo avaliativo; e
- promover a cultura da autoavaliação e a meta avaliação.

5.1 ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA CPA

- Conduzir os processos de avaliação interna;
- Elaborar e atualizar o Programa de Autoavaliação Institucional a ser encaminhado à Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior- CONAES, submetendo à aprovação do Conselho Universitário;
- Elaborar os instrumentos de avaliação institucional e de cursos;
- Determinar os procedimentos de avaliação institucional de cursos e das Faculdades, em consonância com determinações da legislação vigente;
- Avaliar: planejamento e avaliação institucional; desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; infraestrutura; organização didático – pedagógica; perfil do corpo docente; instalações físicas, ENADE e CPC.
- Processar e analisar as informações coletadas;
- Elaborar relatórios parciais e finais;
- Sugerir propostas de ações de melhorias e desenvolvimento institucional;
- Dar ampla divulgação de sua composição, das atividades e dos resultados obtidos nas avaliações internas e externas;
- Receber as comissões de avaliações externas;
- Prestar as informações solicitadas pela CONAES e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP;
- Promover seminários e debates sobre a avaliação institucional, informando periodicamente a comunidade acadêmica sobre o desenvolvimento das atividades da CPA, estimulando a criação de uma cultura de avaliação nos diversos segmentos das Faculdades;
- Promover reuniões com a gestão institucional e representação discente, informando-os e buscando a parceria para o desenvolvimento das atividades do CPA;
- Promover reuniões da área de sua competência; e
- Propor alterações nas competências da CPA.

5.2 ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR DA CPA

- Cumprir e fazer cumprir os objetivos e planejamento da CPA, organizando, orientando, acompanhando e avaliando a execução das atividades da comissão e de seus membros;
- Consolidar a proposta das atividades da CPA;
- Representar a CPA junto à comunidade interna e externa;

- Preparar e apresentar a pauta de cada reunião;
- Adotar as providências para a realização das reuniões de trabalho da CPA;
- Convocar os membros da CPA para reuniões ordinárias e extraordinárias;
- Presidir as reuniões da CPA;
- Definir os procedimentos para atuação dos membros da CPA;
- Especificar análises, quadros demonstrativos, relatórios e estudos diversos e necessários ao processo avaliativo da CPA;
- Esclarecer questões de ordem;
- Exercer o voto de desempate;
- Dar ciência aos membros da CPA de todas as informações, solicitações, ofícios e comunicados recebidos pela CPA, até a primeira reunião ordinária seguinte à data de seu recebimento;
- Firmar, após deliberação da CPA, ofícios, formulários, relatórios de avaliação e outros documentos de prestação de informações ao SINAES;
- Cumprir e fazer cumprir o Regimento interno; e
- Exercer as demais atribuições inerentes ao cargo.

6. ETAPAS DA AUTOAVALIAÇÃO

O Programa de Autoavaliação Institucional demanda a cooperação de todos os membros da comunidade acadêmica. Dessa forma, é preciso construir junto com os segmentos institucionais as concepções que perpassam o processo e as definições sobre as diretrizes, ações e atividades que se configuram como necessárias. Assim, a organização do processo de avaliação institucional prevê a ocorrência de diferentes etapas, algumas das quais poderão ser desenvolvidas simultaneamente:

1º ETAPA: PREPARAÇÃO

Constituição:

- Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA):

A composição da CPA será revisada a cada três anos ou sempre que houver necessidade, sendo, obrigatoriamente, homologada pela Superintendência Institucional, após indicação dos pares. Os mandatos têm duração de três anos, com direito a uma recondução.

A CPA desenvolve um trabalho contínuo, por meio de reuniões quinzenais e suas deliberações e encaminhamentos são registrados em atas, lavradas pelo secretário e divulgadas para a comunidade acadêmica.

- Elaboração e aprovação do Regimento da CPA.

Planejamento:

- Elaboração do Programa de Autoavaliação Institucional;
- Levantamento das ações de avaliação já existentes na instituição.

Sensibilização: A sensibilização visa reduzir possíveis resistências. A sensibilização é contínua e ocorre em todas as fases da autoavaliação. Ela visa garantir a participação integral e o protagonismo dos atores envolvidos, para que os resultados sejam consistentes e válidos. Esta etapa prioriza a implementação de estratégias para intensificar a sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica acerca da autoavaliação, no intuito de ampliar a adesão e sua legitimidade. A partir de tais considerações, serão realizadas as seguintes ações:

- criação do Boletim da Avaliação Institucional, cartazes, entre outros;
- utilização de diversas mídias de divulgação interna: AVA, site, intranet;
- fóruns da Avaliação Institucional;

- realização de seminário, com participação dos gestores das unidades administrativas da Instituição;
- realização de reuniões, seminários, palestras e oficinas organizadas pela CPA com os membros da gestão acadêmica, docentes, discentes, colaboradores administrativos e grupos comunitários envolvidos nas ações de extensão e serviço;
- divulgação externa utilizando os meios de comunicação da Instituição.

ETAPA 2: DESENVOLVIMENTO

- Definição de grupos de trabalho;
- Análise das ações de avaliação já existentes na instituição;
- Definição do escopo da autoavaliação;
- Elaboração e proposição de instrumentos avaliativos;
- Execução da avaliação segundo as dimensões descritas abaixo e detalhadas a seguir:
 - a) A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional;
 - b) A política para o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa, a extensão, a prestação de serviços e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica e as bolsas acadêmicas;
 - c) A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
 - d) A comunicação com a sociedade;
 - e) As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
 - f) Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com o Ministério da Educação, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
 - g) Infraestrutura física, especialmente a de ensino, de pesquisa, de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
 - h) Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;
 - i) Políticas de atendimento aos estudantes;
 - j) Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior;
 - k) Outros.
- Análise e sistematização das informações;
- Definição e elaboração de relatórios.

Observações:

- Os instrumentos de avaliação são disponibilizados a todos os membros de cada segmento da comunidade acadêmica, com adesão voluntária;
- Os instrumentos de avaliação são aplicados aos discentes em ciclos anuais.
- Os instrumentos de avaliação são aplicados aos docentes e técnicos administrativos em ciclos anuais;
- Os dados coletados são armazenados no banco de dados, permitindo o cruzamento de todas as informações. Este banco tem controle de acesso por senha e cada segmento tem acesso às informações que lhe afetam. Apenas a CPA tem acesso pleno a esse banco de dados.

ETAPA 3: CONSOLIDAÇÃO:

- Sistematização dos resultados da avaliação nas 10 dimensões;
- Elaboração do relatório final;
- Divulgação para a comunidade;
- Meta-avaliação.

Observações:

- Essa atividade tem como referência as análises dos resultados de cada dimensão avaliada em comparação com o que está previsto no PDI;
- A divulgação, como continuidade do processo de avaliação interna, oportunizará a apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Para tanto, serão utilizados diversos meios, tais como: os dados são disponibilizados na página do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para todos os discentes, em reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), fóruns e nos canais de comunicação internos. A divulgação propiciará, ainda, oportunidades para que as ações concretas oriundas dos resultados do processo avaliativo sejam tornadas públicas à comunidade interna;
- Após a elaboração dos relatórios, ocorre a disseminação dos resultados. Inicialmente, por meio de reunião, a CPA os apresenta aos Colegiados Superiores. Em seguida, esses resultados são socializados para a comunidade acadêmica por meio de seminários. Os resultados segmentados são divulgados por meio de relatórios parciais que permitem a cada setor analisar os dados e avaliar as informações que lhes são pertinentes.

Além das etapas descritas acima é feita a análise das fortalezas e das fragilidades que ocorrem e cada dimensão, seguida pela elaboração do Plano de Melhorias a ser desenvolvido

na busca das melhorias que forem constatadas como necessárias, subsidiando o planejamento e/ou replanejamento, cumprindo assim a função de retroalimentação.

7. EIXOS E DIMENSÕES DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A autoavaliação institucional está organizada em duas grandes categorias: a institucional e os cursos. Na categoria institucional, são avaliados os eixos PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, POLÍTICAS ACADÊMICAS, POLÍTICAS DE GESTÃO E INFRAESTRUTURA. Esses eixos são analisados e avaliados por dimensões, que são aquelas pelo Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior – SINAES, como indicado a seguir:

7.1. EIXO 1: PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

7.1.1. DIMENSÃO 8: Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

Categoria 8.1: Planejamento Institucional

Aspectos Analisados:

- Adequação e efetividade do PDI com o PPI e com os Projetos Pedagógicos dos Cursos;
- Abrangência do processo de planejamento;
- Participação da comunidade no processo de planejamento;
- Transparência do processo de planejamento;
- Acompanhamento do processo de planejamento;
- Estrutura e o conteúdo pertinente ao Relato Institucional.

Categoria 8.2: Avaliação Institucional

Aspectos Analisados:

Autoavaliação:

- Atuação da CPA;
- Programa de autoavaliação;
- Abrangência do Programa de Autoavaliação;
- Participação da comunidade universitária;
- Sintonia com o planejamento;
- Divulgação e análise dos resultados;
- Ações acadêmicas e administrativas desencadeadas em função da autoavaliação;
- Meta-avaliação.

Avaliação institucional:

- Avaliações externas;
- Ações desencadeadas em função da avaliação externa;
- Articulação entre os resultados da avaliação externa e os resultados da autoavaliação.

7.2. EIXO 2: DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

7.2.1. DIMENSÃO 1: A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Categoria 1.1: Missão

Aspectos Analisados:

- Identidade entre a Instituição e a missão estabelecida;
- Coerência entre a missão e o contexto local e regional;
- Importância local e regional na comunidade onde a Instituição se insere;
- Coerência entre a missão e os planos, programas, projetos e políticas institucionais.

Categoria 1.2: Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)

Aspectos Analisados:

- Aderência com a realidade institucional, avaliando se o PDI está aderente com a missão e com o contexto onde a Instituição está inserida;
- Avaliação da implementação do PDI, se o que foi planejado está sendo executado e se está atendendo o cronograma previsto;
- Envolvimento e participação efetiva dos órgãos colegiados e demais instâncias organizacionais na construção, implementação e revisão do PDI;
- Articulação entre o PDI e o Projeto Político Pedagógico (PPI);
- Articulação do PDI com a gestão e avaliação institucionais;
- Articulação do PDI com as normas internas (Estatuto, Regimento Interno, Resoluções).

7.2.2. DIMENSÃO 3: A responsabilidade social da Instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Categoria 3.1: Responsabilidade Social Institucional.

Aspectos Analisados:

- Coerência entre as políticas de responsabilidade social e o PDI;

Categoria 3.2: Responsabilidade Social na Extensão.

Aspectos Analisados:

- Inclusão social;
- Desenvolvimento econômico e social;
- Defesa do meio ambiente;
- Memória cultural;
- Produção artística e patrimônio cultural.

7.3. EIXO 3: POLÍTICAS ACADÊMICAS

7.3.1. DIMENSÃO 2: A política para o ensino de graduação e de a pós-graduação, a pesquisa, a extensão, a prestação de serviços e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas acadêmicas.

Categoria 2.1: Ensino de Graduação

Aspectos Analisados:

Políticas de para o ensino de graduação, de graduação tecnológica e de cursos de educação à distância:

- Concepção de currículos e organização didático-pedagógica de acordo com a missão da Instituição, as diretrizes curriculares e institucionais e as inovações da área;
- Práticas pedagógicas em relação à transmissão das informações e à utilização de processos
- Coerência dos currículos em relação aos objetivos institucionais, às demandas sociais e às necessidades do mercado de trabalho, profissionais e individuais;
- Políticas de orientação e acompanhamento acadêmico:
- Orientação Pedagógica;
- Medidas de redução de evasão escolar;
- Ocupação de vagas remanescentes.

Mecanismos de intercâmbios interinstitucionais e mobilidade acadêmica;

- Políticas de expansão e de redimensionamento de ensino de graduação, de graduação tecnológica e de cursos de educação à distância;
- Políticas de ensino de graduação, de graduação tecnológica e de Educação à Distância - educação continuada.

Articulação entre o PPI e os Projetos Pedagógicos dos Cursos:

- Formas de gestão dos cursos e da Instituição;
- Organização e estrutura;
- Nível de internalização do PPI pelos corpos docente, técnico-administrativo e discente;
- Coerência na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Políticas de atividades formativas e complementares:

- Programas de estímulo e apoio ao estudante;
- Política de concessão de bolsas;
- Envolvimento e participação do corpo discente;
 - estímulos institucionais à participação voluntária de discentes;
 - participação em programas oficiais;
 - apresentação dos resultados à comunidade.

Categoria 2.2: Ensino de Pós-Graduação.

Aspectos Analisados:

Políticas para o ensino de pós-graduação lato sensu:

- Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção dos cursos de pós-graduação lato sensu e suas formas de operacionalização;
- Coerência com as políticas e diretrizes institucionais;
- Cumprimento das exigências legais;
- Articulação dos cursos com as demandas da sociedade.

Categoria 2.3: Pesquisa

Aspectos Analisados:

Políticas institucionais de pesquisa:

- Coerência das políticas de pesquisa com os objetivos institucionais;
- Definição das linhas de pesquisa institucionalmente prioritárias;
- Relevância social e científica da pesquisa;
- Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local e regional;
- Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação de trabalhos;
- Políticas e práticas institucionais de pesquisa para formação de pesquisadores;
- Mecanismos de difusão da produção científica, tecnológica e cultural;
- Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq e sua produção;

- Mecanismos implementados para a promoção do intercâmbio científico, tecnológico e cultural com outras instituições de ensino e pesquisa;
- Grau de participação dos docentes em associações científicas, culturais e artísticas;
- Articulação sistemática com o ensino e a extensão e sua forma de operacionalização.

Políticas institucionais de iniciação científica:

- Políticas institucionais para expansão e manutenção da iniciação científica;
- Coerência com as políticas da Instituição;
- Mecanismos para despertar a vocação científica;
- Políticas de melhoria da qualidade da iniciação científica e suas formas de operacionalização;
- Critérios para seleção de discentes e concessão de bolsas;
- Forma de orientação aos discentes e perfil do orientador;
- Mecanismos de difusão da produção científica, tecnológica e cultural;
- Articulação com as linhas de pesquisa institucionais, com o ensino e com as atividades de extensão e sua forma de operacionalização.

Envolvimento e participação do corpo docente:

- Apresentação da produção científica;
- Apresentação de resultados em eventos científicos;
- Apresentação dos projetos de acordo com o calendário das agências de fomento e da Instituição.

Envolvimento e participação do corpo discente:

- Política de concessão de bolsas;
- Estímulos institucionais à participação voluntária de discentes;
- Participação em programas oficiais;
- Apresentação dos resultados à comunidade científica.

Fontes de Fomento:

- Agências de fomento;
- Recursos da Instituição;
- Outras fontes de fomento;
- Projetos submetidos às agências de fomento.

Categoria 2.4: Extensão

Aspectos Analisados:

Políticas Institucionais de Extensão:

- Coerência entre as políticas de extensão e o PDI;
- Mecanismos de estímulo às atividades de extensão;
- Mecanismos de registro das atividades extensionistas;
- Articulação das atividades de extensão com as do ensino, da pesquisa e com as demandas do entorno social;
- Formas de divulgação das ações de extensão;
- Participação dos docentes nas atividades extensionistas;
- Participação dos discentes nas atividades extensionistas.

Relevância das atividades de extensão na comunidade:

- Impacto social das atividades extensionistas;
- Impacto ambiental das atividades extensionistas;
- Impacto cultural das atividades extensionistas;

7.3.2. DIMENSÃO 4: A comunicação com a sociedade.

Categoria 4.1: Políticas de Comunicação com a Sociedade

Aspectos Analisados:

- Coerência entre a comunicação com as comunidades interna;
- e externa e a missão da Instituição;
- Estratégias de comunicação interna e externa;
- Recursos utilizados na comunicação interna e externa;
- Qualidade da comunicação interna e externa;
- Imagem da Instituição nos meios de comunicação social;
- Estrutura de informações sobre a realidade institucional.

Categoria 4.2: Articulação entre as comunidades interna e externa.

Aspectos Analisados:

- Acompanhamento da satisfação das comunidades interna e externa;
- Procedimentos de atendimento das comunidades interna e externa;
- Procedimentos de integração das comunidades interna e externa.

7.3.3. DIMENSÃO 9: Políticas de atendimento aos estudantes.

Categoria 9.1: Corpo Discente.

Aspectos Analisados:

- Políticas de acesso e seleção;
- Programas de acompanhamento psicopedagógico e do desempenho discente;
- Programas de mobilidade e intercâmbio;
- Realização de eventos científicos, culturais, técnicos, artísticos e esportivos;
- Espaços de convivência;
- Políticas de participação dos discentes em atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Meios de divulgação de trabalhos e produções discentes;
- Facilidade de acesso aos dados e registros acadêmicos;
- Políticas de permanência;
- Políticas de redução da evasão.

Categoria 9.2: Egressos

Aspectos Analisados:

Acompanhamento do egresso:

- Inserção profissional dos egressos;
- Participação dos egressos na vida da Instituição.

7.4. EIXO 4: POLÍTICAS DE GESTÃO

7.4.1. DIMENSÃO 5: As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Categoria 5.1: Empregados

Aspectos Analisados:

- Clima institucional;
- Relações interpessoais;
- Estrutura da hierarquia;
- Graus de satisfação pessoal e profissional.

Categoria 5.2: Corpo Docente

Aspectos Analisados:

Perfil:

- Critérios de admissão;
- Titulação;
- Experiência profissional no magistério superior;
- Experiência profissional fora do magistério superior;
- Políticas de acompanhamento do trabalho docente.

Condições Institucionais:

- Regime de trabalho;
- Plano de carreira;
- Programas de capacitação e formas de operacionalização;

Produtividade docente:

- Políticas para publicações;
- Produções científicas, técnicas, pedagógicas, culturais, artísticas e prestação de serviços.

Categoria 5.3: Empregados Técnico-Administrativos

Aspectos Analisados:

Perfil:

- Critérios de admissão;
- Formação profissional;
- Políticas de acompanhamento do trabalho técnico-administrativo.

Condições institucionais:

- Plano de desenvolvimento da carreira;
- Políticas de capacitação e formas de operacionalização.

Produtividade nas atividades fim da Instituição:

- Envolvimento na pesquisa, na extensão e na prestação de serviços.

7.4.2. DIMENSÃO 6: Organização e gestão da Instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com o MEC, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Categoria 6.1: Gestão Institucional.

Aspectos Analisados:

- Coerência do plano de gestão com o PDI e PPI e cumprimento dos objetivos e projetos institucionais;
- Coerência entre a estrutura organizacional oficial e a real;
- Modos de participação da comunidade acadêmica na gestão;

Categoria 6.2: Administração Institucional.

Aspectos Analisados:

- Estrutura e funcionamento do sistema de registro acadêmico;
- Sistema e recursos de informação e comunicação;
- Controle de normas acadêmicas.

Categoria 6.3: Órgãos Colegiados

Aspectos Analisados:

- Funcionamento;
- Representatividade;
- Atribuições;
- Acompanhamento e controle.

7.4.3. DIMENSÃO 10: Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Categoria 10: Sustentabilidade Financeira.

Aspectos Analisados:

- Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional
- Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna

7.5. EIXO 5: INFRAESTRUTURA

7.5.1. DIMENSÃO 7: Infraestrutura física, especialmente a de ensino, de pesquisa, de extensão, das bibliotecas, dos recursos de informação e comunicação.

Categoria 7.1: Instalações Gerais.

Aspectos Analisados:

Espaço Físico:

- Instalações para o ensino, pesquisa e extensão;
- Instalações para coordenações e docentes;
- Instalações administrativas;
- Condições de acesso para portadores de necessidades especiais;
- Infraestrutura de segurança;
- Instalações sanitárias;
- Áreas de Convivência;
- Auditórios;
- Áreas de lazer;
- Destinação social e ambientalmente correta dos resíduos;
- Outras áreas.

Equipamentos:

- Equipamentos de informática: acesso pelos empregados e discentes;
- Recursos audiovisuais e mídia;
- Rede de comunicação (internet, intranet...)
- Plano de expansão e atualização de software e equipamentos (plano diretor de informática).

Serviços:

- Apoio logístico para as atividades acadêmicas;
- Manutenção e conservação das instalações físicas;
- Manutenção e conservação dos equipamentos;
- Segurança;
- Limpeza;
- Portaria.

Utilização dos meios em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Categoria 7.2: Bibliotecas

Aspectos Analisados:

Espaço físico:

- Instalações para o acervo;
- Instalações para estudos individuais e em grupo;
- Acondicionamento adequado do acervo;
- Condições de acessibilidade para portadores de necessidades especiais.

Acervo:

- Informatização;

- Políticas institucionais de aquisição, expansão e atualização do acervo e formas de operacionalização;
- Acervo para portadores de necessidades especiais.

Serviços:

- Horário de funcionamento;
- Serviços de acesso ao acervo;
- Apoio na elaboração de trabalhos acadêmicos;

Utilização dos meios em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Categoria 7.3: Laboratórios e instalações específicas

Aspectos Analisados:

Espaço físico e equipamentos:

- Políticas de conservação, expansão e suas formas de operacionalização;
- Políticas de aquisição, atualização e manutenção dos equipamentos e suas formas de operacionalização;
- Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Serviços:

- Normas de segurança e seu cumprimento;

Na categoria “Cursos”, o foco da avaliação abrange todos os elementos constitutivos do Projeto Pedagógico de Curso e os resultados obtidos pela consecução dos mesmos.

QUADRO I - AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL CATEGORIA: Avaliação dos Cursos

DIMENSÕES DE CURSOS		AVALIADOR	PERIODICIDADE	OPERACIONALIZAÇÃO
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	Projeto Pedagógico do Curso e desenvolvimento da Aula FAESA	CPA NDE	Anual*	CPA NDE

DIMENSÕES DE CURSOS		AVALIADOR	PERIODICIDADE	OPERACIONALIZAÇÃO
2. PERFIL DO CORPO DOCENTE	Desempenho e formação dos Docentes	CPA Núcleo de Gestão de Pessoas	Anual* (Primeiro Semestre)	CPA NDE
3. INSTALAÇÕES FÍSICAS	Infraestrutura específica de cada curso	CPA NDE e	Anual*	CPA NDE
4. ENADE E CPC	Evolução da Qualidade de cada Curso	NDE	Ciclo Avaliativo	CPA NDE

* A periodicidade e execução das avaliações serão intercaladas sendo realizadas um ano pela CPA o outro pelo NDE.

8. METODOLOGIA ADOTADA

A metodologia diz respeito ao conjunto de procedimentos que são desenvolvidos em todo processo e inclui a elaboração das técnicas a serem utilizadas para cada etapa.

O presente instrumento de avaliação foi concebido de modo a possibilitar o desenvolvimento do que ocorre nos diversos segmentos que compõe a IES. A autoavaliação institucional é realizada de forma anual com a participação de toda comunidade acadêmica e com resultados apresentados, também, anualmente.

A pesquisa contempla discentes, docentes, técnicos-administrativos, gestores e egressos.

A pesquisa documental fornece os elementos necessários ao início de uma organização do banco de dados e geração de informações, que em conjunto com a pesquisa de campo, subsidiarão o planejamento e as decisões institucionais. Dentro das dimensões da avaliação enfocam dois momentos:

a) A coleta de dados sobre: a gestão; a missão da IES; a organização administrativa e o planejamento institucional incluindo a sustentabilidade financeira; a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e extensão e suas formas de operacionalização; o procedimento para estímulo de bolsas de pesquisa e monitorias; a política de pessoal para docentes, discentes, técnicos administrativos e egressos; a comunicação com a sociedade e responsabilidade social da IES quanto a inclusão social, o desenvolvimento econômico, a preservação ambiental e a infraestrutura física que apoia as atividades de ensino e pesquisa.

Os instrumentos e as fontes de informação são as seguintes:

Formulários – elaborados para organizar as informações dos documentos oficiais da Instituição (PDI, PPI) e outros. O desenvolvimento desse subsistema será da responsabilidade da Comissão Própria de Avaliação.

Questionários – terão duas modalidades: 1. Orientado à coleta da opinião da comunidade considerando as 10 dimensões do SINAES. 2. Orientado à coleta de opinião dos discentes e docentes enfocando o processo ensino-aprendizagem. Os questionários são destinados a discentes, docentes, técnicos administrativos e egressos.

Entrevistas – previamente elaboradas, mas com margem para se adequar à pessoa entrevistada e voltada a pessoas chave no organograma da IES.

Reuniões com grupos focais – poderão ser utilizadas quando necessário para complementar temas que necessitem de mais esclarecimentos.

Os questionários serão aplicados em diferentes momentos. As entrevistas e reuniões com os grupos serão implementadas a partir das análises parciais dos dados coletados e serão definidas a partir dos comentários obtidos nos questionários e em outros instrumentos e servirão para preencher as lacunas observadas.

b) A análise crítica dos dados: os dados coletados serão analisados de forma global e interligada a partir de um banco de dados. Haverá, então, um cruzamento das informações, visando propiciar a análise das dimensões de avaliação e por último, se fará uma análise do impacto das dimensões de avaliação nas atividades fins.

Na composição da autoavaliação são utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa. A abordagem quantitativa ocorre pelo dimensionamento dos dados numéricos referentes ao ensino, pesquisa, extensão, gestão e responsabilidade social. Essa abordagem inclui número de discentes matriculados, retenção/permanência, incentivo à pesquisa, participação em eventos, cursos e treinamentos, custos administrativos e projetos sociais. Os dados quantitativos são extraídos dos documentos elaborados pelos setores institucionais.

Os dados qualitativos são coletados por meio de instrumentos próprios, aplicados a toda a comunidade acadêmica e de grupos focais. Os instrumentos de coleta de dados serão constituídos de acordo com a execução do Programa e validados anualmente conforme o plano de trabalho. Dentre os instrumentos utilizados estão a entrevista e o questionário.

A entrevista é utilizada para aferir a percepção da comunidade externa sobre a Instituição.

Os questionários são aplicados para os membros da comunidade acadêmica por sistema online, preenchido via internet, em tempos específicos ou conjuntos para cada segmento. O acesso do usuário é certificado por meio de senhas específicas, garantindo o sigilo e impedindo duplicações de respostas.

As demandas internas e externas apresentadas à Ouvidoria são também analisadas pela CPA e constituem referências importantes no processo de autoavaliação.

O grupo focal é uma técnica qualitativa, desenvolvida por meio de roteiro de entrevista e utilizada em pequenos grupos para avaliar conceitos ou identificar problemas. Quando se deseja colher informações sobre um ou mais aspectos de um grupo grande ou numeroso, verifica-se, muitas vezes, ser praticamente impossível fazer um levantamento do todo. Daí a necessidade de investigar apenas uma parte da população ou universo. O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, pode inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada (pesquisa censitária).¹ Amostragem “é uma técnica e/ou conjunto de procedimentos necessários para descrever e selecionar as amostras, de maneira aleatória ou não, e quando bem utilizado é um fator responsável pela determinação da representatividade da amostra.” (LEONE et al., 2009).

Para efeito de validação e representatividade estatística da comunidade acadêmica no processo de autoavaliação institucional do sistema FAESA, será utilizado a proporcionalidade de representação dos diversos atores da comunidade desejando obter o mínimo de 70% de participação nos seus diversos extratos. Serão considerados extratos para a avaliação institucional: quantidade de alunos matriculados por curso, quantidade de docentes por Unidade de Gestão Acadêmica e quantidade geral de técnicos administrativos da instituição.

¹ 1º. Universo ou população: é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresenta pelo menos uma característica em comum.

²º. Amostra: é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo. (MARCONI e LAKATOS, 2002)

9. RECURSOS

A Comissão Própria de Avaliação tem por função coordenar e articular o processo interno de avaliação da instituição. Sua responsabilidade transversal precisa ter **visibilidade e suporte operacional** das instâncias dirigentes da IES (Diretrizes para Avaliação das IES, MEC/CONAES).

Para viabilizar os trabalhos inerentes ao processo avaliativo das dez dimensões propostas pelo SINAES e assumidas pela Instituição, são disponibilizados pelas instâncias dirigentes da FAESA, recursos de infraestrutura, material e profissionais para suporte técnico especializado e administrativo - local para realização dos trabalhos com computadores, impressora, acesso à internet, arquivos e material de escritório apropriado; sala de reuniões e auditórios para encontros e demais eventos da Avaliação.

O trabalho de avaliação é desenvolvido em interlocução especial com setores da instituição que atuam em áreas diretamente relacionadas com as ações avaliativas previstas. Assim, destacam-se os setores: Núcleo de Comunicação e Marketing, fundamental para a desejada visibilidade e o envolvimento da comunidade; Assessoria de planejamento, na qual está vinculado o Setor de Avaliação Institucional, para implementar os processos avaliativos desenvolvidos na instituição, Núcleo de Tecnologia da Informação para o desenvolvimento do sistema para aplicação dos questionários e acompanhamento e assessoria na postagem dos instrumentos de avaliação em ambiente virtual; coordenações de cursos no processo de análise de dados e elaboração de relatórios de cursos, assim como na realização de fóruns de avaliação, constituindo o feedback no âmbito dos cursos; Direção Acadêmica, Direção Administrativa, Centro de Pós-Graduação, Centro de Educação a Distância e Centro Extensão, Pesquisa e Inovação.

10. ORÇAMENTO

A viabilização financeira do trabalho de Avaliação Institucional da FAESA é objeto da previsão orçamentária, elaborada anualmente. A CPA seleciona os itens fundamentais para operações de rotina, entre esses, material de escritório, equipamentos, mobiliário, materiais de informática (suprimento), materiais de rede, materiais gráficos. Faz-se previsão de participação em congressos e seminários; serviços de fotocópias e fotográficos; entre outros. Planejamento orçamentário só se efetiva mediante aprovação da mantenedora, conforme viabilidade econômica e sustentabilidade financeira da IES.

11. BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ MENDEZ, Juan Manuel. **Avaliar para conhecer** – examinar para excluir. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ASTI-VERA, A. **Metodologia da pesquisa científica**. Porto Alegre: Globo, 1980.

BALZAN, Newton César; SOBRINHO, José Dias (org.). **Avaliação Institucional: teoria e experiências**. São Paulo: Cortez, 2000.

BARBOSA, Eduardo Fernandes; MOURA, Dácio Guimaraes de. **Metodologias ativas de aprendizagem na Educação profissional e Tecnológica**. B. Tec. Senac, Rio de Janeiro, v. 39, n.2, p.48-67, maio/ago. 2013.

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. Campinas, S. P. Autores Associados, 1999.

ESTEBAN, M.^a Tereza (org) **Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

FRANCO, Creso (org.). **Avaliação, ciclos e promoção na educação**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HADJI, Charles. **Avaliação desmistificada**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliar para promover**. Porto Alegre: Mediação, 2001.

_____. **Mitologias da avaliação: de como ignorar em vez de enfrentar problemas**. Campinas, S. P. Autores Associados, 1999.

_____. **Avaliação Mediadora: uma prática em construção – da pré escola à universidade**. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1993.

_____. **Pontos e contrapontos: do pensar ao agir em avaliação**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

RABELO, Edmar Henrique. **Avaliação: novos tempos, novas práticas**. Petrópolis, R. J.: Vozes, 1998.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 1998.

SAUL, Ana Maria. **Avaliação Emancipatória: desafio à teoria e à prática de avaliação do currículo**. S. Paulo: Cortez, 1999.

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES). SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2004.

SOBRINHO, José Dias. **Avaliação: Políticas educacionais e reformas da educação superior.** São Paulo: Cortez, 2003.

VYGOTSKY, L.S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** 4ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MARCONI, Marina de A; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa/São Paulo: Atlas Ed., 2002. 282p.**

Métodos e Técnicas de Amostragem. Disponível em <http://claracoutinho.wikispaces.com/M%C3%A9todos+e+T%C3%A9cnicas+de+Amostragem> Acesso em 20/11/2009

Amostragem Aleatória Simples. Disponível em http://www.triangulomarketing.com.br/Deficao_AAS.htm Acesso em 20/11/2009

Probabilística. Disponível em <http://www.somatematica.com.br/estat/basica/pagina3.php> Acesso em 20/11/2009

Técnicas de Pesquisa. Disponível em http://www.gil.pro.br/arq/Aula3_Tecnicas%20.pdf Acesso em 20/11/2009

Amostragem. Disponível em http://64.233.163.132/search?q=cache:Ki3-6_FpXMYJ:www.fadepe.com.br/restrito/conteudo/mpa_amostragem.ppt+tipos+de+amostragem&cd=6&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br&client=firefox-a Acesso em 20/11/2009

Amostragem. Disponível em <http://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:BUsg4RTImMwJ:www.unp.br/download/mestradoadm/publicacoes/seminarios/amostragem.pdf+tipos+de+amostragem&hl=ptBR&gl=br&sig=AHIEtbTdMurY2SH6ErGSXsF4oTIP1NJGig> Acesso em 20/11/2009

12. ANEXOS

ANEXO 1 – CICLO AVALIATIVO INSTITUCIONAL

ANO	EIXO	DIMENSÃO	ITENS DE AVALIAÇÃO	PERÍODO
ANO 1	1 Planejamento e Avaliação Institucional	8. Planejamento e Avaliação e Relato Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Evolução institucional a partir dos processos de Planejamento e Avaliação Institucional ▪ Processo de autoavaliação institucional ▪ Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica ▪ Autoavaliação institucional e avaliações externas: análise e divulgação dos resultados ▪ Relatórios de autoavaliação 	1º SEM
	2 Desenvolvimento Institucional	1. Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Missão, objetivos, metas e valores institucionais ▪ PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação ▪ PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural ▪ PDI e política institucional para a modalidade EaD ▪ Estudo para implantação de polos EaD 	2º SEM
		3. Responsabilidade Social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, e ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial ▪ PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social 	ANUAL

ANO	EIXO	DIMENSÃO	ITENS DE AVALIAÇÃO	PERÍODO
ANO 2	3 Políticas acadêmicas	2 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão – PARTE 1	<ul style="list-style-type: none"> Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão Política institucional de acompanhamento dos egressos 	ANUAL
		9 Políticas de Atendimento aos Discentes	<ul style="list-style-type: none"> Política de atendimento aos discentes 	
		2 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão – PARTE 2	<ul style="list-style-type: none"> Política institucional para internacionalização Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e o desenvolvimento artístico e cultural Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção acadêmica docente Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação) 	ANUAL
		4 Comunicação com a Sociedade	<ul style="list-style-type: none"> Comunicação da IES com a comunidade externa Comunicação da IES com a comunidade interna 	

ANO	EIXO	DIMENSÃO	ITENS DE AVALIAÇÃO	PERÍODO
ANO 3	4 Políticas de gestão	5. Políticas de Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Titulação do corpo docente ▪ Política de capacitação docente e formação continuada ▪ Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo ▪ Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância 	ANUAL
			<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desempenho Corpo Docente (Plano de Carreira) ▪ Desempenho Corpo Administrativo (Plano de Cargos e Salários) 	ANUAL
		6. Organização e Gestão da Instituição	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Processos de gestão institucional ▪ Sistema de controle de produção e distribuição de material didático 	ANUAL
		10. Sustentabilidade Financeira	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional ▪ Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna 	

ANO	EIXO	DIMENSÃO	ITENS DE AVALIAÇÃO	PERÍODO
—	5 Infraestrutura física	7. Infraestrutura física	<ul style="list-style-type: none">▪ Instalações administrativas▪ Salas de aula▪ Auditório(s)▪ Sala de professores▪ Espaços para atendimento aos discentes▪ Espaços de convivência e de alimentação▪ Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA▪ Laboratórios▪ Bibliotecas▪ Instalações sanitárias▪ Estrutura dos polos EAD▪ Infraestrutura tecnológica▪ Recursos de tecnologias de informação e comunicação▪ Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA	BIENAL

Fonte: CPA

ANEXO 2 – AVALIATIVO INSTITUCIONAL DOS CURSOS

DIMENSÕES DE CURSOS		AVALIADOR	PERIODICIDADE	OPERACIOALIZAÇÃO
1. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	Desenvolvimento dos cursos e Projeto Pedagógico do Curso	CPA NDE	Anual*	CPA NDE
2. PERFIL DO CORPO DOCENTE	Desempenho e formação dos Docentes	CPA Departamento de Gestão de Pessoas	Anual* (Primeiro Semestre)	CPA
3. INSTALAÇÕES FÍSICAS	Infraestrutura específica de cada curso	CPA NDE e	Anual*	CPA NDE
4. ENADE E CPC	Evolução da Qualidade de cada Curso	NDE	Ciclo Avaliativo	NDE

* A periodicidade e execução das avaliações serão intercaladas sendo realizadas um ano pela CPA o outro pelo NDE.

INDICADORES MÍNIMOS PARA AUTOAVALIAÇÃO DO CURSO A SER REALIZADA PELO NDE

ATRIBUIÇÃO	QUESTÃO A SER AVALIADA
Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;	A formação atual dos alunos está alinhada com o perfil do egresso do curso?
	O perfil do egresso do curso está alinhado com as demandas do mercado de trabalho?
	O Docente do Curso conhece o PPC do curso e o Perfil do Egresso do Curso?
Zelar pela integralização curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;	A coordenação oferece suporte a realização de atividades interdisciplinares?
	O curso desenvolve atividades interdisciplinares?
	As atividades interdisciplinares estão previstas no PPC do curso?
Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Institucionais e Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para os cursos de graduação.	A infraestrutura disponibilizada pela Instituição (laboratórios de informática, laboratórios específicos, etc) atende às necessidades do curso?
	Os planos de ensino do curso estão alinhados ao PPC do curso?
	A biblioteca da instituição possui todas as referências bibliográficas do curso constantes no PPC?
	O curso está alinhado com as Diretrizes Institucionais?
	O curso está alinhado com as DCNs específicas para o mesmo?
Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso.	O Curso incentiva o desenvolvimento de ações de pesquisa/extensão a partir da sua atividade acadêmica de ensino?
	O curso identifica demandas da sociedade para ações de pesquisa/extensão?



METODOLOGIA AULA FAESA	QUESTÃO A SER AVALIADA
Personalização	Os docentes do curso realizam avaliação diagnóstica no início do semestre? (%)
	O Planejamento dos docentes considera as especificidades dos alunos, levando em consideração o resultado da avaliação diagnóstica? (%)
	O Planejamento dos docentes do curso é feita de forma integrada?
Experimentação	Os docentes do curso desenvolvem/aplicam novas metodologias de ensino-aprendizagem, inovando a experiência em sala de aula? (%)
	Os docentes do curso promovem a participação ativa da turma nas aulas (%)
	Os docentes do curso desenvolvem/aplicam conteúdos voltados à prática profissional (%)
Tecnologia	Os docentes do curso proporcionam a interação dos alunos com as novas tecnologias específicas às suas áreas, proporcionando assim maior empregabilidade aos mesmos?
	Os docentes do curso utilizam o AVA como suporte para a aprendizagem?